

Brasil e Argentina farão mesmas críticas ao FMI no discurso aos credores

MÔNICA YANAKIEW
Correspondente

BUENOS AIRES — No discurso aos credores, os Governos brasileiro e argentino concordarão: as exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) são demasiadamente rígidas para serem cumpridas, a política econômica internacional prejudica os exportadores de produtos básicos, e a dívida externa dos dois países deixou de ser uma questão simplesmente econômica. De agora em diante as negociações terão que ser em termos políticos.

Mas, na mesa de negociações, cada País deverá jogar suas próprias cartas. E, dos dois, a Argentina — que jamais rompeu com o FMI e que agora abrirá seu mercado para importações — é de longe o mais bem comportado. Enquanto a equipe econômica argentina se prepara para pedir um terceiro refinanciamento de sua dívida de 54 bilhões de dólares e a redução dos juros de 8 a 3 por cento, Buenos Aires já começa a viver a era pós-Plano Austral. Nos últimos dias, os argentinos, acostumados a dois anos de congelamentos temporários dos preços de produtos e serviços, tomaram consciência de que não haverá mais 'choques heterodoxos' como na época do Austral, em vigor desde 1985.

Ontem, os preços da luz, do gás e da gasolina aumentaram 10 por cento. E novos aumentos são esperados no futuro próximo, junto com uma mudança na política fiscal. O objeti-

vo do Governo é obter mais dinheiro para pagar seus gastos e reduzir assim seu déficit fiscal, de 8 para 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) de 75 bilhões de dólares anuais, como prometeu ao FMI.

Ao mesmo tempo em que sobem os preços, os assalariados começam a pedir aumentos: os choferes dos ônibus decretaram ontem 'greve surpresa'. Ou seja, em determinados horários do dia, sem prévio anúncio e mesmo estando com passageiros, paravam de rodar. Se, por um lado, os argentinos vêem com desgosto essas mudanças, por outro, a certeza de que a equipe econômica será mantida e tem um plano, contribuiu para baixar o dólar no mercado negro.

Antes das eleições do último dia 6, para governadores e deputados federais, a perspectiva de uma mudança na equipe econômica fez com que o dólar no paralelo subisse a ponto de custar quase 50 por cento a mais do que no mercado oficial. Hoje, a brecha cambial está reduzida a 35,3 por cento. O Governo argentino está esperando o final das negociações com o FMI e com os bancos privados para adotar novas medidas e, até a volta do Ministro da Economia, Juan Sourruille, dos Estados Unidos, seus assessores estão instruídos a manter silêncio. Espera-se, na mais otimista das hipóteses, um *waiver* (perdão temporário) do FMI, pelo fato de a Argentina não ter cumprido suas promessas de reduzir o déficit público e aumentar as exportações.